

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO (CTL) DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2024

Data: 31/10/2024

Horário: 09h30min às 16h30min

Local: FECAM

1	<u>I - PARTICIPANTES:</u>
2	
3	ANAMMA – Mayara Pereira Silva (Secretaria), Janaina Mendes
4	ABES – Patrice Barzan
5	CASAN – Priscila Batista de Campos
6	CIMVI – Rafael Paludo
7	CREA/SC – Fernanda Maria F. Vanhoni
8	CRQ-XIII – Odilon G. Amado Júnior
9	EPAGRI – Guilherme Xavier de Miranda
10	FACISC – Alini Masson
11	FECAM – Schirlene Chegatti (Presidente)
12	FIESC – Luís Henrique C. da Silva
13	FLORAM – Murilo Custódio Oselane
14	IMA – Cláudio Soares da Silva
15	OAB – Ausente
16	SEMAE – Ausente
17	
18	Convidados:
19	INIS - Felipe Lima
20	SESA - Thobias Lemke
21	SAMA - Nathan Gomes de Oliveira
22	
23	<u>II – ABERTURA E PAUTA DE REUNIÃO:</u>
24	
25	Às 09h30min do dia 31 de outubro de 2024, presencialmente e conforme local acima indicado na
26	convocação, reuniu-se a Câmara Técnica de Licenciamento (CTL), do Conselho Estadual do Meio Ambiente
27	- CONSEMA, com a presença dos membros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil
28	supracitados. Instalados os trabalhos, a Presidente Schirlene Chegatti, iniciou a reunião pelo item 1.
29	
30	1. Leitura e aprovação da ata anterior (03/10/2024):
31	
32	Encaminhamento: Aprovada por unanimidade a ata da reunião de 03/10/2024.
33	
34	2. Discussão acerca da errata – Resolução CONSEMA nº 259/2024:
35	
36	Discussão: Foi verificado com a publicação da errata (Resolução CONSEMA nº 259/2024) que houve um
37	erro na sua publicação, devido ao erro da ata do dia 05/09/2024, onde constava a seguinte forma:
38	
39	01.54.01 - Unidades de produção de leiteiro – UPL.
40	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: P Geral: G
41	Porte Mínimo: $15 \leq C_{\text{máxM}} < 360$ (RAP) - Será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental
42	– AuA
43	Porte Pequeno: $120 \leq C_{\text{máxM}} < 360$ (RAP)
44	Incluir nível II e III da Resolução 251/2024.
45	
46	Após verificação, foi solicitada à SEMAE a alteração para:

47	
48	01.54.01 - Unidades de produção de leitão – UPL.
49	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: P Geral: G
50	Porte Mínimo: $15 \leq C_{\text{máxM}} < 120$ (RAP) - Será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental
51	– AuA
52	Porte Pequeno: $120 \leq C_{\text{máxM}} < 360$ (RAP)
53	Porte Médio: $360 \leq C_{\text{máxM}} < 800$ (RAP)
54	
55	Encaminhamento: Realizada alteração pela SEMAE com a publicação da errata através da Resolução
56	CONSEMA nº 260/2024.
57	
58	3. Continuação da Revisão da Resolução CONSEMA nº 128/2019:
59	
60	3.1. Discussão acerca das contribuições da FIESC:
61	
62	1ª Sugestão FIESC:
63	
64	“Permitir a construção de locais para caminhadas, estares para contemplação / pergolados descobertos,
65	limitando a ocupação de 1/3 da faixa de APP em projetos de urbanização de loteamentos e bairros em
66	que a APP de curso d’água esteja inserida em área urbana, podendo a obra ser executada por entes
67	públicos ou privados”.
68	
69	Encaminhamento: Os membros da CTL entendem que a contribuição foi apresentada de forma muito
70	ampla e subjetiva. Entende-se que deve ser apresentada uma formatação mais elaborada para a questão
71	do baixo impacto, contendo a sugestão de texto com a justificativa técnica e jurídica para o pleito,
72	preferencialmente através do Formulário do CONSEMA.
73	
74	2ª Sugestão FIESC:
75	
76	“Inclusão: de “atividades com o objetivo de recompor a vegetação nativa no entorno de nascentes ou
77	outras áreas degradadas, conforme norma expedida pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio
78	Ambiente (Sisnama)”. É a repetição da alínea j-A do inciso X do art. 3º do Código Florestal. Como não
79	consta do art. 124-D do Código Estadual do Meio Ambiente, parece oportuna a inclusão na resolução”.
80	
81	Encaminhamento: Os membros da CTL entendem que não deverá ser incluída na redação visto que esta
82	atividade já está devidamente contemplada na Lei Federal nº 12.651/2012. Além disso, a Resolução
83	CONSEMA nº 128/2019 foi elaborada para reconhecer outras ações e atividades consideradas como
84	eventuais e de baixo impacto ambiental, de acordo com Art. 3º, inciso X, alínea “k”, da Lei Federal nº
85	12.651/2012.
86	
87	3ª Sugestão FIESC:
88	
89	“A expressão “áreas antropizadas”, apesar de tecnicamente imperfeita, é mais vantajosa que “áreas
90	consolidadas”, pois esta última remete ao conceito de áreas consolidadas do Código Florestal. Pelo Código
91	Florestal, as áreas rurais consolidadas estão limitadas a um marco temporal definido (22/07/2008- art. 3º,
92	IV); já as áreas urbanas consolidadas precisam atender a uma série de requisitos (art. 3º, XXVI). A
93	expressão “áreas antropizadas” dá margem a interpretações mais amplas, o que é positivo. Uma
94	expressão mais completa seria “áreas antropizadas rurais e urbanas”.
95	
96	Encaminhamento: A sugestão encaminhada pela FIESC será avaliada pelos membros da CTL durante a
97	Revisão da Resolução CONSEMA nº 128/2019.
98	
99	3.2. Discussão acerca do item 1 da Resolução CONSEMA nº 128/2019:
100	

101	Atualmente lê-se:
102	
103	1 - Poda, corte ou extração de espécimes florestais nativas ou exóticas, em situação de risco de queda,
104	que podem ameaçar a vida, patrimônio ou meio ambiente, assim consideradas por meio de laudo técnico
105	expedido por profissional legalmente habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica
106	– ART, ou relatório emitido pela defesa civil.
107	
108	Fica alterado para:
109	
110	1 - Poda, corte ou extração de espécimes florestais nativas, em situação de risco de queda, que podem
111	ameaçar a vida, patrimônio ou meio ambiente, assim consideradas por meio de laudo técnico expedido
112	por profissional legalmente habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou
113	documento equivalente emitido pelo Conselho regional de Classe do profissional legalmente habilitado,
114	ou relatório emitido pela defesa civil.
115	
116	A justificativa da alteração se dá pelo fato de que conforme Art. 255 da Lei Estadual nº 14.675/2009, é
117	permitida a supressão ou a retirada de espécies florestais exóticas em áreas consideradas de preservação
118	permanente independentemente de prévia autorização do órgão ambiental
119	
120	<i>“Art. 255. É permitida a supressão ou a retirada de espécies florestais exóticas em áreas consideradas de</i>
121	<i>preservação permanente.</i>
122	
123	<i>§ 1º A atividade prevista no caput pode ser realizada independentemente de prévia autorização do órgão</i>
124	<i>ambiental, estando condicionada à posterior recuperação ambiental das áreas não consideradas</i>
125	<i>consolidadas, sendo vedado o estabelecimento de pena pecuniária compulsória, devendo o processo ser</i>
126	<i>conduzido por técnico habilitado. (Redação dada pela Lei 18.350, de 2022)</i>
127	
128	<i>§ 2º Nos casos de possível instabilidade do solo, a retirada da vegetação exótica deve ser gradual.”</i>
129	
130	3.3. Discussão acerca do item 2 da Resolução CONSEMA nº 128/2019:
131	
132	Atualmente lê-se:
133	
134	2 - Implantação de obras de arte, como pontes, alas ou cortinas de contenção e tubulações para viabilizar
135	acesso aos imóveis urbanos ou rurais, desde que, não possuam alternativa técnica locacional, econômica
136	ou ambiental viáveis, limitada a uma largura máxima estabelecida de 12 m (doze metros).
137	
138	Fica alterado para:
139	
140	2 - Implantação de obras de arte, com objetivo transpor um curso hídrico de um lado para o outro, tais
141	como pontes, alas ou cortinas de contenção, travessias, pontilhões e tubulações (não caracteriza
142	canalização de curso d’água) , para viabilizar acesso aos imóveis urbanos ou rurais, desde que não
143	possuam alternativa técnica locacional, econômica ou ambiental viáveis, limitada a uma largura máxima
144	estabelecida de 12 m (doze metros), quando não integradas ao sistema viário.
145	
146	A justificativa da alteração se dá para compatibilizar com o manual de terminologias técnicas do DNIT,
147	ponte é toda a obra de arte que permite passar de um lado para o outro de um obstáculo. Um bueiro
148	celular ou uma tubulação celular , bueiro duplo permite transpor uma vala, um córrego ou um riacho.
149	
150	Em relação à alteração do limite de largura máxima, os membros da CTL definiram pela alteração devido à
151	justificativa de que a largura de obras de arte integradas a um sistema viário público segue projeto
152	conforme legislação própria, bem como planos de mobilidade. Para obras de infraestrutura conectadas ao
153	sistema viário, a intervenção em APP poderá se dar em casos de utilidade pública conforme (Art. 3º, VIII ,
154	

155 b da Lei 12.651/2012).Obras de arte não integradas ao sistema público devem seguir padrões de
156 engenharia da ABNT, limitando-se a doze metros.

157

158 **4. Assuntos diversos:**

159

160 **4.1.** A representante da ANAMMA solicitou a palavra para informar sobre a reutilização de material
161 fresado de Rodovias que recebem manutenção de concessionárias de rodovias. A representante informa
162 que recebeu DANCs de diversos municípios, sendo que o entendimento é que este seja encaminhado para
163 uma destinação ambiental devidamente licenciada. Após discussão os membros da CTL entendem que o
164 material fresado deverá ser encaminhado para o aterro industrial, visto que este material não poderia ser
165 reutilizado por ser um resíduo de construção civil classificado como classe D.

166

167 Foi acordado pelos membros da CTL que o tema será encaminhado para discussão na reunião plenária de
168 01/11/2024.

169

170 **4.2.** O representante da EPAGRI solicitou aos membros da CTL avaliação da atividade de Sistemas
171 Agroflorestais (SAFs) como atividade de baixo impacto na revisão da Resolução CONSEMA nº 128/2019 ou
172 passível de Licenciamento Ambiental.

173

174 **4.3.** A próxima reunião da CTL será realizada dia 05/12/2024.

175

176 **III - ENCERRAMENTO:**

177 Após leitura e aprovação desta ata, esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente Schirlene
178 Chegatti agradeceu a presença de todos e declarou por encerrada a reunião. A correspondente ata foi
179 relatada por Mayara Pereira Silva.

Schirlene Chegatti
Presidente da CTL
31 de outubro de 2024.